



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 58/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026**

MENOR PREÇO

Procedimento licitatório regido: pelas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 16/2024, em observância ao que prescreve a Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações, e, ainda, mediante as condições estabelecidas no instrumento convocatório/edital.

Objeto:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet via rádio, compreendendo a disponibilização, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico da infraestrutura necessária, bem como o fornecimento de todos os equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento da conexão, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Vigilância Sanitária e Educação nas unidades localizadas na zona rural.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Abertura da Sessão Pública: Às 08:01 hs (oito horas e um minuto) do Dia 04/05/2026

Endereço Eletrônico

As propostas de preços e os arquivos contendo os documentos de habilitação deverão ser registradas, pelos licitantes interessados, exclusivamente por meio eletrônico no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

**Dayane Aparecida Cordeiro Costa
AGENTE DE CONTRATAÇÃO**



EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ARICANDUVA/MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na cidade de ARICANDUVA/MG, à Av. Tarcísio Geraldo Andrade, nº 229 – Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 01.608.511/0001-53, Isenta de Inscrição Estadual, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal 16/2024, e das exigências estabelecidas neste edital.

Os trabalhos serão conduzidos pelos funcionários da Prefeitura Municipal de Aricanduva, por intermédio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 15/2026. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos que dele fazem parte integrante.

DATA DA SESSÃO: 04/05/2026

HORÁRIO: 08:01

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS – www.portaldecompraspublicas.com.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ATÉ ÀS 23:59 HORAS DO DIA 28/04/2026.

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet via rádio, compreendendo a disponibilização, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico da infraestrutura necessária, bem como o fornecimento de todos os equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento da conexão, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Vigilância Sanitária e Educação nas unidades localizadas na zona rural**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotes forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por LOTES**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A participação nesta licitação, para os Itens/lotes cujos valores sejam até R\$80.000,00 (oitenta mil reais), será permitida apenas às microempresas-ME e empresas de pequeno porte – EPP e/ou equiparadas.



2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As dotações orçamentárias para acobertar as despesas com a execução do objeto do presente Instrumento são as indicadas no Termo de Referência Anexo, parte integrante deste.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. Os interessados em participar desta licitação deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;



4.3.5. Que estejam sob falência;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que para todos os efeitos legais, atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no processo licitatório ou contratação direta, sob pena das sanções cabíveis;

4.5.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.5.4. Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

4.5.5. Que não possui em seu quadro de pessoal e societário servidor público do órgão ou entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.5.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.



- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.6.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação e acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

- 6.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;
- 6.1.2.** Marca de cada item ofertado;
- 6.1.3.** Fabricante de cada item ofertado;
- 6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 DIAS**, a contar da data de sua apresentação.



6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. As propostas apresentadas serão verificadas somente após o encerramento da fase de lances, quando o agente de contratação verificará a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.8. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo agente de contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



- 7.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15.** Conforme disponibilidade do sistema, o licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.16.** O agente de contratação, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 7.17.** A Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 7.18.** No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente de contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.22.** As propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. empresas brasileiras;

7.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.29. Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos anteriormente.

7.32. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.



- 8.1.** Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.
- 8.3.** Poderá ser desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- 8.6.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.7.** O agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.7.1.** Também nas hipóteses em que o agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.7.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.8.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o agente de contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.9.** O agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, prorrogáveis por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.10.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o agente de contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

- 9.1.** COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE



PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

9.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo agente de contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02:00** horas sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.10.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.11. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.11.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.11.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.11.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.11.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;



9.11.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.11.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.11.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.12. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.12.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.13.1. Termo de Autorização Expedido pela Anatel.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DOS RECURSOS.

10.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a **10 minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito.

10.3. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

10.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

11.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



13.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

13.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

13.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

13.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência, anexo deste edital.

13.4.1. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

13.7. Demais cláusulas referente à gestão do contrato estão dispostas na minuta contratual, anexo deste edital.

14. DO REAJUSTAMENTO E REQUILIBRIO

14.1. O índice de reajustamento é IPCA.

14.2. Nas licitações de **SERVICIOS CONTÍNUOS**, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por:

14.2.1. Reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão do índice indicado acima, considerando a data do orçamento estimado como data-base de cálculo, passando o valor atualizado a vigorar no 13º mês.

14.2.2. Repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

14.3. É admitido restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art.124, II, d, da Lei 14.133/2021.



15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo deste edital.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. É vedada a subcontratação do objeto no todo ou em parte.

16.1.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

17. DO PAGAMENTO.

17.1. O pagamento dos valores devidos pelo fornecimento dos itens objeto deste Pregão será efetuado pelo Município, até 16 (dezesesseis) dias, a partir da data da apresentação, pela Contratada, da Nota Fiscal e após confirmação dos fornecimentos pelos responsáveis da Secretaria Solicitante, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.

17.2. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

17.3. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades estabelecidas, nem implicarão na aceitação dos itens.

17.4. Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

17.5. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária ou através de cheque nominal à Contratada.

17.6. Nos termos do Art. 137, §2º, IV da Lei Nº 14.133/2021, a Contratada deverá cumprir a ordem de fornecimento ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a mesma, até o prazo de 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

17.7. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

18.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- 18.1.4.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.5.** Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 18.1.6.** Apresentar declaração ou documentação falsa;
- 18.1.7.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 18.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 18.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 18.2.** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- Advertência por escrito;
 - Multa;
 - Impedimento de licitar e contratar;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 18.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 18.5.** Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Aricanduva/MG, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

- 19.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 19.2.** A **IMPUGNAÇÃO** e/ou **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO** ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 19.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



- 19.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 19.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 19.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 19.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 19.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 20.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 20.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.
- 20.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.12. O Município de Aricanduva/MG poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.12.1. A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

20.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: www.portaldecompraspublicas.com.br, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://aricanduva.mg.gov.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Tarcísio Geraldo Andrade, Nº 207, Centro, Aricanduva/MG, nos dias úteis, no horário das 07:00 às 16:00, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

20.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO II– TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aricanduva/MG, 14 de abril de 2026

Dayane Aparecida Cordeiro Costa
Agente de Contratação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000

e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



ANEXO I- MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº __/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE
ARICANDUVA/MG E A EMPRESA __.**

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARICANDUVA/MG**, inscrito no CNPJ sob o Nº 01.608.511/0001-53, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Aricanduva, na Rua Tarcísio Geraldo Andrade, Nº 207, Centro, Aricanduva/MG, CEP: 39.678-000, neste ato representado pela Secretária Municipal, Marly da Consolação Fonseca Santos, portador do CPF Nº 027.913.356-17, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a contratada a empresa __, inscrita no CNPJ sob o Nº __, sediada na __, neste ato representada legalmente por __, portador(a) do CPF Nº __, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato sujeitando-se às normas da Lei Nº 14.133/2021 e às cláusulas contratuais seguintes:

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Instrumento a **Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet via rádio, compreendendo a disponibilização, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico da infraestrutura necessária, bem como o fornecimento de todos os equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento da conexão, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Vigilância Sanitária e Educação nas unidades localizadas na zona rural.**

1.2. Os itens que compõem o objeto deste Contrato, suas quantidades, especificações e valores estão em anexo.

2 – DA VINCULAÇÃO

2.1. Os signatários deste Contrato sujeitam-se às normas da Lei Nº 14.133/2021.

2.2. Este Contrato vincula-se em todos os seus termos ao Processo Administrativo Nº 058/2026, Pregão eletrônico Nº 014/2026 e à proposta de preço apresentada pela Contratada, independentemente de transcrição.

2.3. O presente Contrato deu-se com fundamento no Art. 28, I, da Lei Nº 14.133/2021.

2.4. A celebração do presente Contrato não gera qualquer vínculo empregatício entre as partes, ou entre o Município e os empregados ou prepostos a Contratada, não se aplicando à espécie qualquer norma decorrente da legislação trabalhista.

3 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. O valor total estimado do presente Contrato é de R\$ __ (___).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



3.2. DO PAGAMENTO

3.2.1. O pagamento dos valores devidos pelo fornecimento dos itens objeto deste Termo de Referência será efetuado pelo Município, até 16 (dezesesseis) dias, a partir da data da apresentação, pela Contratada, da Nota Fiscal e/ou Fatura e após confirmação dos fornecimentos pelos responsáveis da Secretaria Solicitante, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.

3.2.1.1. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

3.2.2. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades estabelecidas, nem implicarão na aceitação dos itens.

3.2.3. Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.

3.2.4. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária ou através de cheque nominal à Contratada.

3.2.4.1. Nos termos do Art. 137, §2º, IV da Lei Nº 14.133/2021, a Contratada deverá cumprir a ordem de fornecimento ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a mesma, até o prazo de 2 (dois) meses, contado da emissão da Nota Fiscal e/ou Fatura. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.

3.2.4.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

4 – DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEIÇÃO DO OBJETO

4.1. A prestação dos serviços deve ser iniciada em até 05 dias pós a Emissão da ORDEM DE SERVIÇOS pela secretaria demandante.

4.2. Os serviços serão conferidos, por funcionários designados/informados pela Prefeitura Municipal de Aricanduva/MG, que rejeitarão os que não estiverem de acordo com os pedidos quanto às especificações, quantidades e qualidade.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor.

4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. O Município de Aricanduva/MG se reserva o direito de não receber os itens em desacordo com o previsto neste Instrumento, podendo rescindir a contratação conforme disposto no Art. 137 da Lei Nº 14.133/2021.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 – DO FORNECIMENTO DO OBJETO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000

e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2. Efetuar a entrega do objeto e/ou prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade, conforme o caso.

5.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

5.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

5.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

5.7. Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Os serviços de acesso à internet deverão ser fornecidos de acordo com as especificações dos itens contratados, incluindo velocidade de transmissão, tecnologia de acesso e características do serviço;
- b) A conexão deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, garantindo a continuidade das atividades administrativas;
- c) A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado, com atendimento durante o horário de expediente do serviço público municipal e regime de plantão para atendimento emergencial, inclusive em fins de semana e feriados quando necessário;
- d) O prazo máximo para solução de problemas técnicos será de até 04 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado técnico pela Administração;
- e) Após a abertura do chamado técnico, a empresa contratada deverá iniciar o atendimento ou entrar em contato com a Administração em até 120 (cento e vinte) minutos, para diagnóstico preliminar do problema;
- f) A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessários à prestação dos serviços, incluindo roteadores, antenas, cabos, conectores, conversores e demais dispositivos necessários;
- g) Os equipamentos utilizados para a prestação do serviço deverão ser cedidos em regime de comodato, permanecendo sob responsabilidade da contratada durante toda a vigência do contrato;
- h) Após a implantação inicial da solução, eventuais solicitações de instalação, retirada ou alteração de características físicas dos pontos de acesso deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante solicitação formal da Administração, sem custos adicionais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



- i) Demandas relacionadas à configuração ou ajustes em equipamentos de comunicação de dados, não decorrentes de alterações físicas da infraestrutura, deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) A contratada será responsável por eventuais adaptações nas instalações físicas internas e externas necessárias à implantação da solução, incluindo passagem de cabos, instalação de antenas, adequação de pontos de rede, entre outras intervenções necessárias;
- k) A instalação dos equipamentos e ativação dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal da Administração ou da emissão da ordem de serviço;
- l) Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento e verificação da conformidade técnica da conexão, antes do início definitivo da operação do serviço;
- m) Todos os custos relacionados à instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e fornecimento de equipamentos deverão estar incluídos no valor da proposta apresentada pela contratada.

5.1.7. A prestação do serviço de acesso à internet deverá observar requisitos técnicos mínimos que assegurem qualidade, estabilidade e continuidade da conexão, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas e serviços utilizados pela Administração Pública Municipal. Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes condições:

- a) A banda contratada deverá ser disponibilizada de forma estável e compatível com a velocidade especificada para cada ponto de acesso, garantindo o adequado desempenho dos sistemas e aplicações utilizados pela Administração;
- b) No caso de link dedicado, a banda deverá ser exclusiva para a Administração, sem compartilhamento com outros usuários, garantindo maior estabilidade, menor latência e melhor desempenho da conexão;
- c) A contratada deverá realizar monitoramento contínuo da rede e dos links de acesso, identificando e solucionando eventuais falhas ou degradações de desempenho, inclusive antes do acionamento formal por parte da Administração, sempre que possível;
- d) Sempre que houver necessidade de realização de manutenções preventivas, ampliações ou intervenções na infraestrutura da rede, que possam ocasionar interrupção ou redução de desempenho do serviço, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, indicando a previsão de duração da intervenção;
- e) A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e infraestrutura utilizados na prestação do serviço, garantindo o pleno funcionamento da solução contratada;
- f) Em caso de falha ou defeito em equipamentos fornecidos em comodato, incluindo situações decorrentes de descarga elétrica, superaquecimento ou falha técnica, a contratada deverá realizar a substituição ou reparo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos após a abertura do chamado técnico, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- g) Todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários à interligação das redes e à prestação do serviço deverão ser fornecidos pela contratada, sem custos adicionais para a Administração;
- h) A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para suporte técnico, incluindo número de telefone e, preferencialmente, outros meios eletrônicos de atendimento, para registro e acompanhamento de chamados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



- i) O suporte técnico deverá estar disponível durante o horário de expediente do serviço público municipal, das 07h às 16h em dias úteis, além de disponibilizar atendimento em regime de plantão para os demais horários, garantindo suporte 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento de ocorrências críticas;
- j) A contratada deverá garantir que os equipamentos e soluções utilizadas estejam devidamente homologados e em conformidade com as normas e regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5.1.8. Com o objetivo de assegurar a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços de acesso à internet, deverão ser observados níveis mínimos de desempenho e disponibilidade da conexão, conforme os parâmetros estabelecidos a seguir.

5.1.9. Considera-se tempo de inoperância o período compreendido entre a abertura do chamado técnico junto à contratada ou a identificação da falha por meio de monitoramento da rede e o efetivo restabelecimento do serviço em condições normais de funcionamento.

5.1.10. O tempo total de inoperância corresponde à soma de todos os períodos de indisponibilidade ocorridos ao longo de um mesmo mês para cada link contratado, sendo contabilizado em horas.

5.1.11. A contagem do tempo de inoperância terá início a partir da abertura do chamado técnico pela Administração ou da constatação da falha pela própria contratada, encerrando-se somente quando o serviço estiver completamente restabelecido e em pleno funcionamento.

5.1.12. A contratada deverá garantir nível mínimo de disponibilidade mensal do serviço de 99% (noventa e nove por cento) para cada link contratado, excetuadas situações decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

5.1.13. O tempo máximo de inoperância permitido por mês para cada link será de até 10 (dez) horas, ressalvadas as hipóteses excepcionais devidamente comprovadas.

5.1.12. Além disso, deverão ser observados os seguintes parâmetros mínimos de qualidade:

- A) A banda contratada deverá ser disponibilizada de forma integral e compatível com a velocidade prevista para cada ponto, especialmente no caso de links dedicados, em que a banda deverá ser exclusiva para a Administração;
- B) A conexão deverá apresentar latência compatível com os padrões técnicos da tecnologia utilizada, garantindo o adequado funcionamento de sistemas eletrônicos, plataformas digitais e aplicações utilizadas pela Administração Pública;
- C) A contratada deverá realizar monitoramento contínuo da rede, com a finalidade de identificar eventuais falhas ou degradação de desempenho e adotar medidas corretivas de forma célere.

5.1.13. Sempre que o tempo de indisponibilidade ultrapassar os limites estabelecidos ou quando houver recorrência de falhas que comprometam a qualidade da prestação do serviço, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

5.1.14. A Administração poderá exigir da contratada a apresentação de relatórios periódicos de desempenho e



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



disponibilidade do serviço, contendo informações sobre o funcionamento dos links, registros de falhas, tempo de indisponibilidade e providências adotadas para restabelecimento da conexão.

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos itens por ela (Contratada) prestados.
- 6.2. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no o ato que autorizou sua lavratura.
- 6.3. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) do item fornecido pela Contratada para fins de verificação de qualidade.
- 6.4. Notificar a Contratada, fixando prazo para correção das irregularidades ou defeitos encontrados.
- 6.5. Observar o disposto neste Instrumento, bem assim no respectivo o ato que autorizou sua lavratura.
- 6.6. A Administração não responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado à terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 – DOS DIREITOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas neste Instrumento, bem assim no respectivo ato convocatório e seus anexos.
- 7.2. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento/serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo Poder Público;
- 7.3. Disponibilizar o objeto/prestar os serviços, no local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações deste Termo e da proposta, acompanhado da nota fiscal constando detalhadamente as indicações deste;
- 7.4. Dar plena e fiel execução a este contrato, respeitada todas as cláusulas e condições aqui estabelecidas.
- 7.5. Garantir o sigilo das informações adquiridas através da execução do Contrato.
- 7.5. Atender ao chamado da Contratante para assinatura do Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação por escrito.
- 7.6. Executar, sob sua exclusiva responsabilidade, o objeto contratado, bem como, expressamente reconhecer e declarar que assume todas as obrigações decorrentes do Contrato.
- 7.7. Comunicar à Prefeitura de Aricanduva/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que achar necessários. E deixar a Prefeitura ciente de todos os problemas e as dificuldades que ocorrer na execução do serviço contratado, para que sejam tomadas as medidas cabíveis para sua solução.
- 7.8. Seguir toda a legislação vigente no que diz respeito à segurança e higiene do trabalho.
- 7.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no termo de referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000

e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



7.11. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.12. Em tudo agir, segundo as diretrizes do MUNICÍPIO.

7.13. A Contratada obriga-se a:

7.13.1. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação/qualificação do processo de que autorizou a celebração deste Contrato;

7.13.2. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 93 da Lei Nº 8.213/1991 e no Art. 116 da Lei Nº 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.13.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme estabelecido no Art. 125 da Lei Nº 14.133/2021.

8 – DAS PENALIDADES E MULTAS

8.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, submeter-se-á Contratada, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

8.2. Advertência;

8.3. Multa;

8.4. Impedimento de licitar e contratar;

8.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

8.6. A multa prevista acima será a seguinte:

8.7. Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

8.8. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

8.9. O valor da multa aplicada deverá ser recolhida como renda para o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o Contratante, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

8.10. O pagamento da multa não eximirá a Contratada de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

8.11. O Contratante deverá notificar a Contratada, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

8.12. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente comprováveis, a critério da autoridade competente do Contratante, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000

e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



9 – DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O fornecimento do objeto deste Contrato será fiscalizado por Maria Geralda Monteiro.

10 – DOS CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. A extinção do Contrato poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

10.1.3. Determinada por decisão judicial.

11 – DA VIGÊNCIA E REAJUSTE

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (meses) meses, contado da data de sua assinatura.

11.2. Ocorrendo atrasos de pagamento por comprovada culpa da administração, após o tempestivo adimplemento da obrigação e a data prevista para o respectivo pagamento, o valor poderá, à partir daí, ser atualizado pelo índice IPCA e acrescido de juros de 0,5% ao mês.

11.3. Qualquer alteração do presente Contrato, se necessário, será objeto de Termo Aditivo, na forma da Lei Nº 14.133/2021.

11.3.1. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples Apostila na forma da Art. 136 da Lei Nº 14.133/2021.

12– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão 07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade 001 - COORD. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 0

7001001.1212200022.041 - Manutenção Administração do Ensino Municipal

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação) Fiscal 0000193

07001002.1236500242.048 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação) Fiscal 0000220

07001003.1236100202.056 - Manutenção Atividades do Ensino Fundamental

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação) Fiscal 0000258

Órgão 09001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade 001 - SERVIÇO GESTÃO SAÚDE

09001001.1012200172.070 - Manutenção Administração Secretaria Municipal de Saúde

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000383



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000

e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



Unidade 002 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 09001002.1030100142.076 - Manutenção Unidades e Serv. Atenção Básica - Saúde da Família

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000417

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Fiscal 0000418

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual Fiscal 0000419

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 16590020000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - (Serviços de Saúde) Fiscal 0000420

Unidade 004 - VIGILANCIA EM SAUDE 09001004.1030400162.083 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária Municipal

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000502

Unidade 005 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA 09001005.1030300182.085 - Manutenção dos Serviços de Assistência Farmacêutica Básica

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000551

13 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

13.1. Aplica-se ao presente Contrato o disposto na Lei Nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº16/2024.

13.2. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

14 – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Itamarandiba/MG para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente Contrato, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Aricanduva/MG, ___ de ___ de 20__.

MUNICÍPIO DE ARICANDUVA/MG

Marly da Consolação Fonseca Santos

Secretária Municipal de Educação

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARICANDUVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Tarcísio Geraldo Andrade, nº 207 Centro Aricanduva CEP: 39.678-000
e-mail: licita.aricanduva@yahoo.com CNPJ:01.608.511/0001-53



XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 _____ CPF: _____

2 _____ CPF: _____



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO, PRAZO DE VIGÊNCIA E FUNDAMENTAÇÃO.

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet via rádio, compreendendo a disponibilização, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico da infraestrutura necessária, bem como o fornecimento de todos os equipamentos indispensáveis ao pleno funcionamento da conexão, visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Vigilância Sanitária e Educação nas unidades localizadas na zona rural, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Especificações e quantitativos dos itens;

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Quebra Bó -Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 2.379,96
2	2	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - São Pedro- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 2.379,96
3	3	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Santo Antônio dos Monteiro- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 2.379,96
4	4	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Carneiros- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
	5	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Posto de Saúde - Carneiros- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 4.759,92
5	6	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Santo Antônio da barra do Capucho- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Posto de Saúde- Santo Antônio da barra do Capucho- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote				R\$ 4.759,92

1.3. Os itens não se enquadram como bem de luxo;

1.4. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.

1.5. Tratam-se serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.6. Trata-se de serviços contínuos;

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data de assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. A contratação será regida pelo nos termos da Lei Nº 14.133/2021, do Decreto Municipal Nº 16/2024, e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria.

1.9. Os estudos técnicos preliminares contam nos autos do processo;

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de acesso à internet via rádio, destinada ao atendimento das unidades administrativas das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Vigilância Sanitária situadas na zona rural do Município de Aricanduva/MG.

2.2. A contratação contempla a disponibilização completa da solução de conectividade, incluindo o fornecimento do link de acesso à internet, a implantação da infraestrutura necessária, a instalação, configuração, operação, monitoramento, manutenção preventiva e corretiva, bem como o suporte técnico especializado, garantindo o pleno funcionamento dos serviços durante toda a vigência contratual.

2.3. A solução deverá ser entregue em regime “turnkey”, ou seja, cabendo integralmente à contratada a responsabilidade por todos os componentes necessários à prestação do serviço, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, de equipamentos como antenas, roteadores, cabos, conectores, fontes de alimentação, estruturas de fixação e quaisquer outros dispositivos indispensáveis à operacionalização da conexão.

2.4. A tecnologia a ser empregada será o acesso à internet via rádio, por meio de enlaces sem fio, utilizando antenas de transmissão e recepção devidamente homologadas pela ANATEL, adequada às características geográficas e à ausência de infraestrutura de fibra óptica nas localidades rurais contempladas.

2.5. A solução deverá garantir conectividade estável e contínua, com disponibilidade mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento), assegurando o funcionamento regular das atividades administrativas, educacionais e de saúde desenvolvidas nas unidades atendidas.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

➤ 2.6. Os serviços deverão operar de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com monitoramento contínuo da rede e atuação proativa na identificação e correção de falhas.

2.7. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado, com canais de atendimento para abertura e acompanhamento de chamados, observando os prazos máximos estabelecidos para início de atendimento e solução de incidentes, de modo a minimizar o tempo de indisponibilidade dos serviços.

2.8. A prestação do serviço abrange, ainda, a manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura instalada, incluindo a substituição de equipamentos defeituosos, atualização de configurações e demais intervenções necessárias à garantia da qualidade e continuidade da conexão.

2.9. A solução deverá atender integralmente aos requisitos técnicos e níveis de serviço definidos neste Termo de Referência, incluindo velocidade mínima contratada por ponto, estabilidade do link, baixa latência compatível com a tecnologia empregada e atendimento tempestivo das demandas da Administração.

2.10. A contratação será estruturada por lotes, correspondentes às diferentes comunidades rurais, considerando as particularidades geográficas e operacionais de cada localidade, de forma a ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de empresas com capacidade de atendimento regionalizada.

2.11. Por fim, ressalta-se que a adoção da tecnologia via rádio decorre da inviabilidade técnica e econômica da implantação de fibra óptica nas localidades indicadas, conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar, configurando-se como a solução mais adequada para garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais nas áreas rurais do Município.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista serão as dispostas no artigo 68 da lei 14.133/2021.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão:

3.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

3.2.2. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão: **Termo de Autorização Expedido pela Anatel.**

3.3. O critério de julgamento será o menor preço.

3.4. As formas e critérios de seleção do fornecedor serão as dispostas no edital de pregão eletrônico.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A prestação dos serviços deve ser iniciada em até 05 dias pós a Emissão da ORDEM DE SERVIÇOS pela secretaria demandante.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

➤ 4.2. Os serviços serão conferidos, por funcionários designados/informados pela Prefeitura Municipal de Aricanduva/MG, que rejeitarão os que não estiverem de acordo com os pedidos quanto às especificações, quantidades e qualidade.

4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada/detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato/ata, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor.

4.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. O Município de Aricanduva/MG se reserva o direito de não receber os itens em desacordo com o previsto neste Instrumento, podendo rescindir a contratação conforme disposto no Art. 137 da Lei Nº 14.133/2021.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada/detentora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato/ata.

5. FORNECIMENTO OBJETO

5.1. A Contratada/Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.1. Efetuar a entrega do objeto e/ou prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes nesse Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade, conforme o caso.

5.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato/ata;

5.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato/ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

5.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato/ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Os serviços de acesso à internet deverão ser fornecidos de acordo com as especificações dos itens contratados, incluindo velocidade de transmissão, tecnologia de acesso e características do serviço;
- b) A conexão deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, garantindo a continuidade das atividades administrativas;



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado, com atendimento durante o horário de expediente do serviço público municipal e regime de plantão para atendimento emergencial, inclusive em fins de semana e feriados quando necessário;

- d) O prazo máximo para solução de problemas técnicos será de até 04 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado técnico pela Administração;
- e) Após a abertura do chamado técnico, a empresa contratada deverá iniciar o atendimento ou entrar em contato com a Administração em até 120 (cento e vinte) minutos, para diagnóstico preliminar do problema;
- f) A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessários à prestação dos serviços, incluindo roteadores, antenas, cabos, conectores, conversores e demais dispositivos necessários;
- g) Os equipamentos utilizados para a prestação do serviço deverão ser cedidos em regime de comodato, permanecendo sob responsabilidade da contratada durante toda a vigência do contrato;
- h) Após a implantação inicial da solução, eventuais solicitações de instalação, retirada ou alteração de características físicas dos pontos de acesso deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante solicitação formal da Administração, sem custos adicionais;
- i) Demandas relacionadas à configuração ou ajustes em equipamentos de comunicação de dados, não decorrentes de alterações físicas da infraestrutura, deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- j) A contratada será responsável por eventuais adaptações nas instalações físicas internas e externas necessárias à implantação da solução, incluindo passagem de cabos, instalação de antenas, adequação de pontos de rede, entre outras intervenções necessárias;
- k) A instalação dos equipamentos e ativação dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal da Administração ou da emissão da ordem de serviço;
- l) Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento e verificação da conformidade técnica da conexão, antes do início definitivo da operação do serviço;
- m) Todos os custos relacionados à instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e fornecimento de equipamentos deverão estar incluídos no valor da proposta apresentada pela contratada.

5.1.7. A prestação do serviço de acesso à internet deverá observar requisitos técnicos mínimos que assegurem qualidade, estabilidade e continuidade da conexão, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas e serviços utilizados pela Administração Pública Municipal. Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes condições:

- a) A banda contratada deverá ser disponibilizada de forma estável e compatível com a velocidade especificada para cada ponto de acesso, garantindo o adequado desempenho dos sistemas e aplicações utilizados pela Administração;
- b) No caso de link dedicado, a banda deverá ser exclusiva para a Administração, sem compartilhamento com outros usuários, garantindo maior estabilidade, menor latência e melhor desempenho da conexão;



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

Contratada deverá realizar monitoramento contínuo da rede e dos links de acesso, identificando e solucionando eventuais falhas ou degradações de desempenho, inclusive antes do acionamento formal por parte da Administração, sempre que possível;

- d) Sempre que houver necessidade de realização de manutenções preventivas, ampliações ou intervenções na infraestrutura da rede, que possam ocasionar interrupção ou redução de desempenho do serviço, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, indicando a previsão de duração da intervenção;
- e) A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e infraestrutura utilizados na prestação do serviço, garantindo o pleno funcionamento da solução contratada;
- f) Em caso de falha ou defeito em equipamentos fornecidos em comodato, incluindo situações decorrentes de descarga elétrica, superaquecimento ou falha técnica, a contratada deverá realizar a substituição ou reparo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos após a abertura do chamado técnico, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- g) Todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários à interligação das redes e à prestação do serviço deverão ser fornecidos pela contratada, sem custos adicionais para a Administração;
- h) A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para suporte técnico, incluindo número de telefone e, preferencialmente, outros meios eletrônicos de atendimento, para registro e acompanhamento de chamados;
- i) O suporte técnico deverá estar disponível durante o horário de expediente do serviço público municipal, das 07h às 16h em dias úteis, além de disponibilizar atendimento em regime de plantão para os demais horários, garantindo suporte 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento de ocorrências críticas;
- j) A contratada deverá garantir que os equipamentos e soluções utilizadas estejam devidamente homologados e em conformidade com as normas e regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

5.1.8. Com o objetivo de assegurar a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços de acesso à internet, deverão ser observados níveis mínimos de desempenho e disponibilidade da conexão, conforme os parâmetros estabelecidos a seguir.

5.1.9. Considera-se tempo de inoperância o período compreendido entre a abertura do chamado técnico junto à contratada ou a identificação da falha por meio de monitoramento da rede e o efetivo restabelecimento do serviço em condições normais de funcionamento.

5.1.10. O tempo total de inoperância corresponde à soma de todos os períodos de indisponibilidade ocorridos ao longo de um mesmo mês para cada link contratado, sendo contabilizado em horas.

5.1.11. A contagem do tempo de inoperância terá início a partir da abertura do chamado técnico pela Administração ou da constatação da falha pela própria contratada, encerrando-se somente quando o serviço estiver completamente restabelecido e em pleno funcionamento.

5.1.12. A contratada deverá garantir nível mínimo de disponibilidade mensal do serviço de 99% (noventa e nove por cento) para cada link contratado, excetuadas situações decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e aceitas pela Administração.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

5.1.13. O tempo máximo de inoperância permitido por mês para cada link será de até 10 (dez) horas, ressalvadas as hipóteses excepcionais devidamente comprovadas.

5.1.12. Além disso, deverão ser observados os seguintes parâmetros mínimos de qualidade:

- A) A banda contratada deverá ser disponibilizada de forma integral e compatível com a velocidade prevista para cada ponto, especialmente no caso de links dedicados, em que a banda deverá ser exclusiva para a Administração;
- B) A conexão deverá apresentar latência compatível com os padrões técnicos da tecnologia utilizada, garantindo o adequado funcionamento de sistemas eletrônicos, plataformas digitais e aplicações utilizadas pela Administração Pública;
- C) A contratada deverá realizar monitoramento contínuo da rede, com a finalidade de identificar eventuais falhas ou degradação de desempenho e adotar medidas corretivas de forma célere.

5.1.13. Sempre que o tempo de indisponibilidade ultrapassar os limites estabelecidos ou quando houver recorrência de falhas que comprometam a qualidade da prestação do serviço, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

5.1.14. A Administração poderá exigir da contratada a apresentação de relatórios periódicos de desempenho e disponibilidade do serviço, contendo informações sobre o funcionamento dos links, registros de falhas, tempo de indisponibilidade e providências adotadas para restabelecimento da conexão.

6. SUBCONTRATAÇÃO.

6.1. É vedada a subcontratação do objeto no todo ou em parte.

7. GESTÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada/detentora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

7.3. O fiscal do contrato/ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

7.4. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida.

7.5. Fiscal do Contrato: Maria Geralda Monteiro



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

- 8.1. A medição da entrega do objeto decorrente deste Termo de Referência será de responsabilidade da Secretaria solicitante, com confirmação da entrega pelos responsáveis.
- 8.2. A periodicidade da medição da entrega do objeto será mensal.
- 8.3. O pagamento dos valores devidos pelo fornecimento dos itens objeto deste Pregão será efetuado pelo Município, até 16 (dezesesseis) dias, a partir da data da apresentação, pela contratada/detentora, da Nota Fiscal e após confirmação dos fornecimentos pelos responsáveis da Secretaria Solicitante, caso não haja nenhuma irregularidade ou até que a mesma seja sanada.
- 8.4. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da contratada/detentora, a fluência do prazo para pagamento será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 8.5. Quaisquer pagamentos não isentarão a contratada/detentora das responsabilidades estabelecidas, nem implicarão na aceitação dos itens.
- 8.6. Por ocasião de cada pagamento, serão efetuadas as retenções cabíveis, nos termos da legislação específica aplicável.
- 8.7. O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária ou através de cheque nominal à contratada/detentora.
- 8.8. Nos termos do Art. 137, §2º, IV da Lei Nº 14.133/2021, a contratada/detentora deverá cumprir a ordem de fornecimento ou documento equivalente, mesmo estando o Município em débito para com a mesma, até o prazo de 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal. Após esse período, poderá a mesma optar pela rescisão contratual.
- 8.9. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO.

- 9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 10.1. O custo estimado da contratação é de **R\$16.659,72 (dezesesseis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)**.

11. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 11.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício vigente na classificação abaixo:

Órgão 07001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade 001 - COORD.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 0
7001001.1212200022.041 - Manutenção Administração do Ensino Municipal
33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação) Fiscal 0000193



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

1236500242.048 - Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação) Fiscal 0000220

07001003.1236100202.056 - Manutenção Atividades do Ensino Fundamental

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001001 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Educação) Fiscal 0000258

Órgão 09001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Unidade 001 - SERVIÇO GESTÃO SAÚDE
09001001.1012200172.070 - Manutenção Administração Secretaria Municipal de Saúde

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000383

Unidade 002 - BLOCO ATENÇÃO BÁSICA 09001002.1030100142.076 - Manutenção Unidades e Serv. Atenção Básica - Saúde da Família

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000417

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 16000000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Fiscal 0000418

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 16210000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual Fiscal 0000419

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 16590020000 - Outros Recursos Vinculados à Saúde - (Serviços de Saúde) Fiscal 0000420

Unidade 004 - VIGILANCIA EM SAUDE 09001004.1030400162.083 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária Municipal

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000502

Unidade 005 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA 09001005.1030300182.085 - Manutenção dos Serviços de Assistência Farmacêutica Básica

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica 15000001002 - Recursos não Vinculados de Impostos - (Saúde) Fiscal 0000551

12. NECESSIDADE DE SIGILO

12.1. A contratação ora pretendida não exige, conforme Art. 10 da IN CGNOR/ME Nº 58/2022, em sua integralidade, classificação sigilosa nos termos da Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), devendo o presente Termo de Referência ser anexado ao Edital.

12.2. O orçamento não é sigiloso devendo o mesmo ser divulgado juntamente com o Edital.

Aricanduva/MG, 14 de abril de 2026,

Marly da Consolação Fonseca Santos
Secretária Municipal de Educação



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade nele especificada, devendo ser utilizado como base para a elaboração do respectivo Termo de Referência, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2 – AREA REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Educação de Aricanduva/MG;

Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária de Aricanduva/MG;

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Garantir o fornecimento de serviço de acesso à internet para atender às necessidades de comunicação e funcionamento das atividades desenvolvidas na zona rural (posto de saúde e escolas) pelas Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E LEVANTAMENTO DE MERCADO

As soluções para a demanda, internet, são definidas basicamente pela tecnologia empregada na entrega do serviço.

Neste aspecto, o estudo técnico realizado durante a fase preparatória do Pregão nº 6/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de acesso à internet por meio de fibra óptica e via rádio, contemplando a disponibilização, instalação, manutenção e suporte da infraestrutura necessária, bem como o fornecimento de todos os equipamentos indispensáveis para o pleno funcionamento da conexão, delineou sobre as seguintes possibilidades:

1. Contratação de serviço de internet via fibra óptica: acesso à internet por meio de rede de fibra óptica, garantindo velocidade, estabilidade e menor taxa de interrupções. Todavia, esta solução depende da disponibilidade infraestrutura local disponível.

2. Contratação de serviço de internet via rádio: acesso à internet é fornecido por meio de antenas de transmissão e recepção de sinal, apresenta menor estabilidade e velocidade em comparação à fibra óptica, mas é uma alternativa viável para localidades onde não há infraestrutura de fibra óptica, como áreas rurais.

3. Contratação de internet via rede móvel (4G/5G): A solução consiste na utilização de modems ou roteadores com chip de operadora móvel, permitindo conexão à internet por meio da rede celular.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

Todavia, esta solução apresenta variação na qualidade do sinal, possíveis oscilações de velocidade e dependência da cobertura da operadora na região (Vivo, Claro, Tim).

Pela análise realizada, foi definida a melhor tecnologia considerando a disponibilidade local de infraestrutura, a qualidade do sinal, a estabilidade da conexão e a capacidade de atendimento das empresas prestadoras do serviço na região.

Considerando a fibra óptica como solução mais adequada para as unidades situadas na zona urbana, onde há infraestrutura disponível. E para as localidades rurais sem cobertura de fibra, a internet via rádio mostrou-se a alternativa tecnicamente viável, atendendo às necessidades básicas de conectividade.

Todavia, durante a realização do pregão eletrônico os lotes referentes as comunidades Quebra Bó, São Pedro, Santo Antônio dos Monteiros, Carneiros e Santo Antônio da Barra do Capucho, contemplados inicialmente com a tecnologia fibra óptica, restam fracassados, possuindo apenas uma proposta de preços para cada lote com valores muito acima dos preços referência. Conforme tabela abaixo

Lote/Localização	Valor de Referência	Valor proposto no pregão
Comunidade -Quebra Bó	R\$ 2.256,00	R\$ 7.188,00
Comunidade -São Pedro	R\$ 2.256,00	R\$ 7.188,00
Comunidade -Santo Antônio dos Monteiros	R\$ 2.256,00	R\$ 7.188,00
Comunidade -Carneiros	R\$ 4.512,00	R\$ 14.376,00
Comunidade -Santo Antônio da barra do Capucho	R\$ 4.512,00	R\$ 4.512,00 (embora o valor total do lote corresponda ao preço estimado o valor unitário do item 1 estava muito acima do preço de referência)

Assim, diante da tentativa frustrada de implantação do serviço por fibra óptica nas comunidades rurais, verificou-se a impossibilidade de sua efetiva prestação, no presente momento, nessas localidades. Nesse contexto, a solução mais adequada para a nova licitação é a contratação de



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

internet via rádio, tecnologia que se mostra viável, estável e compatível com as condições da região e com possibilidade de competitividade e fornecedores interessados.

Ressalte-se que o Município não pode permanecer desassistido do serviço, uma vez que a conectividade é indispensável ao funcionamento contínuo das escolas e postos de saúde localizados nas comunidades rurais. Assim, embora a internet via rádio não tenha se apresentado, em um primeiro momento, como a alternativa mais desejável, sua adoção, diante do fracasso da licitação anterior, revela-se necessária para garantir a continuidade e a regularidade dos serviços públicos essenciais.

Para a contratação da solução proposta, deverá ser utilizada a modalidade de licitação pregão, por se tratar de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, conforme previsto na legislação aplicável.

No caso em análise, não se mostra viável a adesão a ata de registro de preços de outro órgão, tampouco a participação em licitação conduzida por outra Administração, em razão das especificidades do objeto e das particularidades relacionadas aos pontos de instalação e à disponibilidade de infraestrutura no âmbito do município.

Além disso, não se revela adequado o uso do Sistema de Registro de Preços, uma vez que o objeto da contratação encontra-se previamente definido, com quantitativos e locais de prestação do serviço já determinados.

5 – ESTIMATIVAS DOS QUANTITATIVOS E VALORES

A pesquisa de preços foi realizada conforme Art. 23 da Lei N° 14.133, c/c IN SEGES/ME N° 65/2021 e Decreto Municipal N° 16/2024. Os relatórios de pesquisa de preços realizados pela Coordenadoria de Compras, assim como os arquivos contendo as cotações e o mapa de preços, constam nos autos.

Planilha de Preço de Referência:

Código CNBS Acesso a Internet Via Rádio: 26522

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal -Quebra Bó -Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 2.379,96



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

2	2	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - São Pedro- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 2.379,96
3	3	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Santo Antônio dos Monteiros- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 2.379,96
4	4	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Carneiros- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
	5	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Posto de Saúde - Carneiros- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 4.759,92
5	6	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Escola Municipal - Santo Antônio da barra do Capucho- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
	7	Acesso a Internet Via Rádio, plano de 10 MG Local: Posto de Saúde- Santo Antônio da barra do Capucho- Zona Rural	mês	12	R\$ 198,33	R\$ 2.379,96
Total do Lote						R\$ 4.759,92

O valor total estimado para a contratação é de **R\$16.659,72 (dezesseis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e dois centavos)**.

6 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá garantir a prestação contínua de serviços de acesso à internet para atender às necessidades das unidades administrativas do Município situadas na zona rural, observando os requisitos técnicos e operacionais necessários ao adequado funcionamento das atividades institucionais.

Os serviços deverão ser prestados conforme as especificações técnicas e os níveis mínimos de qualidade estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, contemplando o



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

fornecimento, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico necessários à plena operação da solução contratada.

Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- Os serviços de acesso à internet deverão ser fornecidos de acordo com as especificações dos itens contratados, incluindo velocidade de transmissão, tecnologia de acesso e características do serviço;
- Caso a contratada possuía tecnologia superior disponível, como a fibra óptica, esta poderá ser utilizada.
- A conexão deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, garantindo a continuidade das atividades administrativas;
- A empresa contratada deverá disponibilizar suporte técnico especializado, com atendimento durante o horário de expediente do serviço público municipal e regime de plantão para atendimento emergencial, inclusive em fins de semana e feriados quando necessário;
- O prazo máximo para solução de problemas técnicos será de até 04 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado técnico pela Administração;
- Após a abertura do chamado técnico, a empresa contratada deverá iniciar o atendimento ou entrar em contato com a Administração em até 120 (cento e vinte) minutos, para diagnóstico preliminar do problema;
- A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessários à prestação dos serviços, incluindo roteadores, antenas, cabos, conectores, conversores e demais dispositivos necessários;
- Os equipamentos utilizados para a prestação do serviço deverão ser cedidos em regime de comodato, permanecendo sob responsabilidade da contratada durante toda a vigência do contrato;



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

- Após a implantação inicial da solução, eventuais solicitações de instalação, retirada ou alteração de características físicas dos pontos de acesso deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante solicitação formal da Administração, sem custos adicionais;
- Demandas relacionadas à configuração ou ajustes em equipamentos de comunicação de dados, não decorrentes de alterações físicas da infraestrutura, deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- A contratada será responsável por eventuais adaptações nas instalações físicas internas e externas necessárias à implantação da solução, incluindo passagem de cabos, lançamento de fibra óptica, instalação de antenas, adequação de pontos de rede, entre outras intervenções necessárias;
- A instalação dos equipamentos e ativação dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação formal da Administração ou da emissão da ordem de serviço;
- Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento e verificação da conformidade técnica da conexão, antes do início definitivo da operação do serviço;
- Todos os custos relacionados à instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e fornecimento de equipamentos deverão estar incluídos no valor da proposta apresentada pela contratada.

6.1. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

A prestação do serviço de acesso à internet deverá observar requisitos técnicos mínimos que assegurem qualidade, estabilidade e continuidade da conexão, garantindo o adequado funcionamento dos sistemas e serviços utilizados pela Administração Pública Municipal.

Nesse sentido, deverão ser observadas as seguintes condições:

- A banda contratada deverá ser disponibilizada de forma estável e compatível com a velocidade especificada para cada ponto de acesso, garantindo o adequado desempenho dos sistemas e aplicações utilizados pela Administração;



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

- A contratada deverá realizar monitoramento contínuo da rede e dos links de acesso, identificando e solucionando eventuais falhas ou degradações de desempenho, inclusive antes do acionamento formal por parte da Administração, sempre que possível;
- Sempre que houver necessidade de realização de manutenções preventivas, ampliações ou intervenções na infraestrutura da rede, que possam ocasionar interrupção ou redução de desempenho do serviço, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, indicando a previsão de duração da intervenção;
- A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos e infraestrutura utilizados na prestação do serviço, garantindo o pleno funcionamento da solução contratada;
- Em caso de falha ou defeito em equipamentos fornecidos em comodato, incluindo situações decorrentes de descarga elétrica, superaquecimento ou falha técnica, a contratada deverá realizar a substituição ou reparo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos após a abertura do chamado técnico, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;
- Todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários à interligação das redes e à prestação do serviço deverão ser fornecidos pela contratada, sem custos adicionais para a Administração;
- A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para suporte técnico, incluindo número de telefone e, preferencialmente, outros meios eletrônicos de atendimento, para registro e acompanhamento de chamados;
- O suporte técnico deverá estar disponível durante o horário de expediente do serviço público municipal, das 07h às 16h em dias úteis, além de disponibilizar atendimento em regime de plantão para os demais horários, garantindo suporte 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para atendimento de ocorrências críticas;
- A contratada deverá garantir que os equipamentos e soluções utilizadas estejam devidamente homologados e em conformidade com as normas e regulamentações da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

6.2. DA INOPERÂNCIA

Com o objetivo de assegurar a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços de acesso à internet, deverão ser observados níveis mínimos de desempenho e disponibilidade da conexão, conforme os parâmetros estabelecidos a seguir.

Considera-se tempo de inoperância o período compreendido entre a abertura do chamado técnico junto à contratada ou a identificação da falha por meio de monitoramento da rede e o efetivo restabelecimento do serviço em condições normais de funcionamento.

O tempo total de inoperância corresponde à soma de todos os períodos de indisponibilidade ocorridos ao longo de um mesmo mês para cada link contratado, sendo contabilizado em horas.

A contagem do tempo de inoperância terá início a partir da abertura do chamado técnico pela Administração ou da constatação da falha pela própria contratada, encerrando-se somente quando o serviço estiver completamente restabelecido e em pleno funcionamento.

A contratada deverá garantir nível mínimo de disponibilidade mensal do serviço de 99% (noventa e nove por cento) para cada link contratado, excetuadas situações decorrentes de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

O tempo máximo de inoperância permitido por mês para cada link será de até 10 (dez) horas, ressalvadas as hipóteses excepcionais devidamente comprovadas.

Além disso, deverão ser observados os seguintes parâmetros mínimos de qualidade:

- A banda contratada deverá ser disponibilizada de forma integral e compatível com a velocidade prevista para cada ponto, especialmente no caso de links dedicados, em que a banda deverá ser exclusiva para a Administração;
- A conexão deverá apresentar latência compatível com os padrões técnicos da tecnologia utilizada, garantindo o adequado funcionamento de sistemas eletrônicos, plataformas digitais e aplicações utilizadas pela Administração Pública;
- A contratada deverá realizar monitoramento contínuo da rede, com a finalidade de identificar eventuais falhas ou degradação de desempenho e adotar medidas corretivas de forma célere.

Sempre que o tempo de indisponibilidade ultrapassar os limites estabelecidos ou quando houver recorrência de falhas que comprometam a qualidade da prestação do serviço, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas no edital, no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

A Administração poderá exigir da contratada a apresentação de relatórios periódicos de desempenho



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

e disponibilidade do serviço, contendo informações sobre o funcionamento dos links, registros de falhas, tempo de indisponibilidade e providências adotadas para restabelecimento da conexão.

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Termo de Autorização Expedido pela Anatel.

7 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A licitação deverá ser dividida em lotes, considerando as diferentes características técnicas e geográficas relacionadas à prestação do serviço de acesso à internet no âmbito do município.

Nesse sentido, cada comunidade rural será estruturada como um lote distinto, para assegurar a competitividade no certame, permitindo a participação de empresas que possuam capacidade técnica para atendimento em determinadas localidades, ampliando a concorrência e contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação visa assegurar a infraestrutura tecnológica necessária para o pleno funcionamento das atividades administrativas e para a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- a) Elaboração do Termo de Referência, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto a ser contratado;
- b) Realização do processo licitatório na modalidade pregão;
- c) Designação de servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato;
- d) Verificação prévia das condições de infraestrutura existentes nos locais de instalação dos pontos de acesso à internet, a fim de viabilizar a implantação dos serviços;
- e) Disponibilização de acesso às dependências das unidades administrativas para a realização da instalação dos equipamentos e infraestrutura necessária pela empresa contratada;

11 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

Possíveis Impactos Ambientais	Descrição	Medidas Mitigadoras
Geração de resíduos durante a instalação	Durante a implantação do serviço podem ser gerados resíduos como sobras de cabos, embalagens de equipamentos, conectores e outros materiais utilizados na instalação.	Realizar a coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme normas ambientais e boas práticas de gestão de resíduos.
Consumo de energia elétrica pelos equipamentos	Equipamentos como roteadores, antenas e conversores de mídia consomem energia elétrica durante seu funcionamento.	Utilizar equipamentos modernos e eficientes, preferencialmente com menor consumo energético e certificados conforme normas técnicas aplicáveis.
Descarte de equipamentos ao final da vida útil	Equipamentos eletrônicos utilizados na prestação do serviço podem se tornar obsoletos ou apresentar defeitos ao longo do tempo.	Garantir que o descarte ou substituição de equipamentos seja realizado de forma ambientalmente adequada, observando a legislação sobre resíduos eletrônicos.

12 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação segue o planejamento vigente.

13 – NECESSIDADE DE SIGILO

A contratação ora pretendida não exige em sua integralidade, classificação sigilosa nos termos da Lei Nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), devendo o presente Estudo Técnico Preliminar ser anexado ao Termo de Referência.

O orçamento não é sigiloso devendo o mesmo ser divulgado juntamente com o Instrumento Convocatório (Edital/Aviso de Contratação Direta).

14 – POSICIONAMENTO SOBRE A CONTRATAÇÃO

Diante dos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviço de acesso à internet para atendimento das unidades escolares e de saúde situadas na zona rural do Município é não apenas viável, mas necessária, considerando a essencialidade da conectividade para o desempenho regular das atividades administrativas, pedagógicas e assistenciais.



SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Avenida do Contorno, 100. Aricanduva – MG

A análise realizada demonstrou que, embora a tecnologia por fibra óptica seja, em tese, a alternativa mais eficiente, sua implementação nas comunidades rurais mostrou-se inviável na prática, seja pela ausência de infraestrutura local, seja pela inconsistência das propostas apresentadas na licitação anterior, a qual restou fracassada devido aos valores muito superiores aos preços de referência.

Diante desse cenário, a internet via rádio apresenta-se como a solução tecnicamente adequada e economicamente compatível com a realidade das localidades contempladas, garantindo o atendimento às necessidades de comunicação e operação das unidades públicas envolvidas. A continuidade dos serviços públicos essenciais – especialmente educação e saúde – depende diretamente da existência de conexão estável, sendo inadmissível que tais unidades permaneçam desassistidas.

Com base nessas considerações, posiciona-se pela viabilidade e necessidade da contratação, recomendando-se a adoção da tecnologia via rádio para as comunidades rurais especificadas, bem como a continuidade do procedimento licitatório na modalidade pregão, com fundamento nos estudos ora apresentados.

Aricanduva/MG, 07 de abril de 2026.

Marly da Consolação Fonseca Santos
Secretária Municipal de Educação